

Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático

Yasmin Ribeiro Gatto CARDOSO¹;
Rafael Bellan Rodrigues de SOUZA²

Resumo

Analisamos neste artigo o papel da mídia na eclosão do impeachment da presidente Dilma Rousseff, explorando, especificamente o enfoque patriarcal e sexista que foi cultivado nessa produção. Considerando a mídia como um aparelho privado de hegemonia, e, portanto, um importante agente político, percebemos que na divulgação de sua versão dos acontecimentos houve, de forma predominante na imprensa brasileira, uma seleção, ocultamento, mas também distorção do ambiente político nacional em favor da deposição da presidente reeleita em 2014. Uma das expressões da manipulação midiática foi a desqualificação profunda da figura de Dilma, sendo que o fato de ser mulher foi considerado um demérito. Para tanto, analisamos como se multiplicaram os rótulos machistas que tentaram justificar a incapacidade da presidente exercer sua função.

Palavras-chave: Impeachment. Enquadramento jornalístico. Matéria da Revista IstoÉ “Uma Presidente Fora de Si”.

Abstract

We analyze in this article the role of media in the outbreak of the impeachment of President Dilma Rousseff, exploring, specifically the patriarchal and sexist approach that has been grown in this production of meaning. Considering the media as a private apparatus of hegemony capable of producing a moral and

¹ Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus Bauru. Email: yasmingatto@faac.unesp.br

² Pós-doutorando na ECA-USP, Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara, Mestre em Comunicação pela Unesp/Bauru e professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam)/Parintins. Coautor do trabalho. Email: rafaelbellan@yahoo.com.br

intellectual direction in society and thus an important political agent, we realized that the disclosure of their version of events was in dominant form in the Brazilian press, a selection, concealment, but also distortion of the national political environment for the deposition of the re-elected president in 2014. One of the expressions of media manipulation was deep disqualification Rouseff's figure, and the fact of being a woman was considered a demerit. Therefore, we analyze how multiplied the sexist labels that tried to justify the President's inability to perform its function.

Keywords: Impeachment. Journalistic Framework. Journal of the matter IstoÉ "A President Outside".

Introdução

O artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão teórica e analítica do processo de afastamento da presidente Dilma Rouseff, alvo de inúmeras publicações noticiosas e até hoje pauta da cobertura midiática, especialmente dos grandes jornais. O texto discute a mídia como um aparato ideológico e hegemônico e faz uma ponderação, com suporte dos estudos de gênero e feminismo, desse processo de derrubada da presidente do poder. O trabalho não se propõe a esmiuçar as tramas políticas por trás do afastamento e, assim, não pretende levantar bandeiras partidárias sobre o *impeachment*, centrando as análises em teorias que permitam esmiuçar o papel midiático na caracterização da personagem principal das narrativas noticiosas. O artigo expõe uma crítica à cobertura midiática dada a este fato, levando em consideração as ponderações de Moraes (2016, p.112) sobre a não neutralidade da mídia, visto que são “parciais, tomam partido, defendem com unhas e dentes o lado que escolheram”. Nesse sentido, analisaremos o posicionamento midiático da imprensa, em especial uma matéria da Revista IstoÉ intitulada “Uma presidente fora de si”.

As lutas feministas conquistaram diversos direitos que antes eram negados às mulheres, a conquista do voto, por exemplo, seria o “Milênio para as mulheres”, mas a indiferente presença delas nos espaços de poder após a obtenção desse direito levou à reflexão de ter que identificar quais eram os mecanismos sociais que faziam as mulheres estarem excluídas desse processo (BIROLI; MIGUEL, 2014). Para além dessa conquista do poder de voto no século XIX, as mulheres ainda estão muito excluídas do processo político. A vitória da presidente Dilma Rouseff no ano de 2010, como a primeira **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

presidente mulher eleita, não trouxe avanço específico na agenda feminista e o processo de impeachment confirma o quanto elas ainda são discriminadas na política e o quanto os meios de comunicação fazem comparações entre o trabalho exercido por elas com os mais primários discursos estereotipados do que é ser mulher, como “louca”, “histórica”, “sem condições psicológicas”, “sem condições emocionais” e até mesmo “uma presidente fora de si”. Querem manter a tradição patriarcal presente em nosso país desde a colonização. “A decisão sobre leis e políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje e como foi ao longo de toda a nossa história, por homens” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.13).

A reeleição de Dilma Rousseff em 2014 se deu em um cenário de enfrentamento entre dois campos distintos: por um lado o campo neoliberal puro concentrado na figura de Aécio Neves, composto por uma fração da burguesia integrada ao capital internacional e com apoio da alta classe média, setor arremido às políticas sociais petistas; por outro lado, a política heterogênea cultivada pela ascensão do lulismo em 2002, composição articulada pela burguesia interna, parte da baixa classe média, a maior parte da classe trabalhadora dos campos e das cidades (BOITO JR., 2016). Por uma margem não muito vantajosa, 51,6 % dos votos, a presidente Dilma consegue permanecer no cargo, apoiada por simpatizantes das suas políticas culturais, mais vantajosas para negros, mulheres e LGBTs, e pela inegável melhora de condições de vida das classes mais baixas, graças às políticas assistenciais compensatórias que, conectadas a um discurso neodesenvolvimentista, conquistou a maioria dos eleitores para a continuidade do governo petista.

Mas a proposta de “conciliação de classes” dirigida pelo partido, que não questionou de forma estrutural o modelo de gestão estatal brasileira (abraçando os mecanismos mais vis já consagrados, como a corrupção e compra de votos no parlamento), durou até a primeira crise internacional exigir seu quinhão do Brasil. Já no primeiro mandato, Dilma enfrenta um amplo ciclo grevista que, somado ao descontentamento exposto nas manifestações de junho de 2013, mostraram a precariedade da contradição entre o neoliberalismo das políticas monetárias e o estatismo presente na ampliação de políticas públicas (eficientes graças ao boom das commodities entre 2004 e 2011) (MARTINS, 2016). O aumento nos índices de jovens nas Universidades, resultantes da ampliação de vagas públicas e compra de cadeiras nas privadas, Reuni e Prouni, lançaram uma mão de obra não absorvida, principalmente no [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

contexto de austeridade asseverada cobrada pelo capital internacional. Esse contingente de jovens adultos precários lança-se às ruas, o que abala a harmonia social vista até então como sendo sinônimo de lulismo.

Ora, se até então a criação de empregos, o acesso facilitado ao crédito e a expansão das políticas sociais criou a aparência de uma mitológica “nova classe média” surgindo no horizonte, com os primeiros cortes no orçamento do governo ficou claro que a presidente Dilma não seguiria com seu plano respaldado pelo voto popular. Ao se acovardar em reduzir taxas de juros e apoiar o engavetamento da auditoria da dívida pública, a presidente ampliou a desconfiança dos que a apoiaram sob uma bandeira de esquerda. Os ajustes fiscais do segundo mandato somaram-se à crise de popularidade e, com a priorização política dada pela operação Lava Jato aos petistas, cria-se o ambiente propício à insatisfação popular. Esse desconforto com o governo foi capitaneado por setores da alta classe média que nunca aceitaram dividir seus privilégios com os “pobres” que agora passaram a “infestar” shoppings centers e aeroportos. As ruas passaram a ser ocupadas por essa nova força militante e o abandono da burguesia interna, até então base do lulismo, potencializou o espaço para o crescimento de uma frente composta pelos derrotados de 2014 e que, com a perda da hegemonia de Dilma no congresso nacional, ganham também parte expressiva do PMDB. Boito Jr. (2016) aponta que, além dessa imponente força que se cultiva, para jogar o preço da crise mundial na cabeça dos trabalhadores, há também uma clara passividade do governo Dilma frente a essa ofensiva.

Com o impeachment, coloca-se novamente a hegemonia da burguesia ligada ao capital financeiro internacional, o que significa defini-la como política de Estado. O governo interino de Temer segue uma cartilha neoliberal aditivada: corte de gastos públicos, congelamento salarial do funcionalismo público, flexibilização da CLT, privatização na educação, fim de cotas nas universidades, desvalorização do salário mínimo, eliminação de políticas de apoio ao setor industrial, internacionalização da Petrobrás, alinhamento aos EUA... (MARTINS, 2016). A busca desses personagens, ligados ao fisiologismo mais típico da política brasileira, as oligarquias regionais, é intensificar ainda mais o ajuste fiscal iniciado no governo Dilma, um desmonte que coloca em cheque a própria Constituição Federal, algo que o novo governo pretende mudar de forma oportunista. “Trata-se de uma agenda de uma burguesia dependente e parasitária

que pretende usar cada vez mais a dívida pública para garantir lucros extraordinários e submeter o mundo do trabalho à valorização fictícia do capital e sua transformação em realidade” (MARTINS, p. 4, 2016).

O afastamento da presidente foi articulado, portanto, pelo interesse das classes dominantes brasileiras que, com o apoio do judiciário e da opinião pública, foram capazes de criar ambiente favorável à mudança de direção. O papel da oligopólica imprensa brasileira foi vital: ocultamento, distorção, propaganda política descarada e preconceitos dos mais antiquados foram capazes de gerar uma falsa percepção de que um futuro “virtuoso”, só existiria quando a “quadrilha” petista deixasse o governo e quando a “translucada Dilma” voltasse para a “cozinha” de onde jamais deveria ter saído.

Mídia: o poder ideológico e hegemônico

O papel da mídia é posto em pauta todos os dias, cabendo a ela informar, noticiar, selecionar fatos que merecem ser divulgados, mas sempre de acordo com o interesse da empresa a qual o veículo midiático pertence, aí é que se encontra um dos sérios problemas da comunicação no Brasil, o oligopólio dos meios comunicacionais³.

A mídia no Brasil é comandada por um pequeno grupo de famílias que decide o destino da comunicação no país. É este seletivo grupo que escolhe o que a maioria da população merece saber e nem sempre os interesses dessa hegemonia favorece as informações noticiadas.

Dos anos de 1990 até recentemente, o que se configurou de maneira acentuada foi o movimento ascendente de concentração da mídia nacional e a conseqüente redução drástica de grupos (em sua maioria, empresas familiares) no controle dos principais veículos de comunicação do país. Algo em torno de nove grupos familiares controlavam a grande mídia no decorrer da última década: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete),

³ “O relator da Organização das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão, Frank William La Rue, fez críticas à concentração de imprensa no Brasil e na América Latina, e afirmou que pretende fazer uma visita oficial ao país em breve. “A concentração de mídias traz concentração de poder político e isso atenta não só contra o direito à diversidade, mas também contra a democracia”, destacou Frank. No Brasil, além da crescente participação de empresas de telefonia no setor de comunicação, também foram debatidas a ligação de políticos com canais de TV e rádios, muitos deles beneficiados com concessões públicas” (Observatório de Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>).

Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Rede Bandeirantes) (VIEIRA JR., 2007, p. 1).

O autor ainda afirma que nos últimos anos essa concentração midiática diminuiu, de nove famílias detentoras do poder somente seis comandam o oligopólio midiático no Brasil atualmente, são elas: Civita, Marinho, Frias, Saad e Abravanel, além dos Sirotsky, à frente da Rede Brasil Sul (RBS) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além de se ter o poder dos meios de comunicação concentrado, ainda se tem o mesmo enquadramento e abordagem das notícias em todos esses canais. É difícil ver uma cobertura em um meio de comunicação que se diferencie dos outros. Tambelli (2014, p.1) afirma que quase a totalidade dos meios de comunicação: TV, rádio, jornais e revistas com as maiores tiragens defendem o mesmo ponto de vista, possuem as mesmas ideias sobre economia, política e apresentam a mesma solução sobre qualquer assunto de interesse público. Estes veículos estão alinhados ideologicamente e politicamente.

50

Observem com atenção e perceberão que uma notícia qualquer tem o mesmo enfoque na Rede Globo, na Band, no SBT, na rádio Jovem Pan, na Revista Veja, no Jornal Folha de São Paulo, no Estadão, no Estado de Minas, na RBS e o seu Jornal diário Zero Hora, no Correio Braziliense, etc. São estes os meios de comunicação hegemônicos no País e quase a voz solitária da notícia que chega até nós brasileiros. Adentram nos lares brasileiros como única fonte de notícias/informação para + ou - 80%, 90% dos habitantes do País (TAMBELLI, 2014, p.1).

Tanto o telespectador, o ouvinte, o leitor ou o internauta são levados a entender o fato de um ponto de vista único que é quase sempre o ponto de vista das próprias empresas jornalísticas que detém uma ideologia conveniente aos seus objetivos. A forma de compreensão dos fatos também está de acordo com interesses políticos e particulares, que muitas vezes, são contrários ao interesse do público (TAMBELLI, 2014, p.3).

Moraes (2016, p.112) confirma este fato falando que o sistema midiático demonstra grande capacidade em ater-se somente na ideologia e nos conteúdos que são escolhidos segundo seus critérios. Ou seja, é o sistema midiático que vai definir o que o público vai ver, ler e ouvir.

Por mais que haja escolhas, respostas e reações diferenciadas aos conteúdos recebidos pela audiência, sabemos que são os meios massivos que, na essência, definem os enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas no que poderíamos chamar de gestão midiática da realidade (MORAES, 2016, p.112).

Os meios de comunicação servem para unificar as ideias sobre determinados assuntos, não havendo pluralidade de conteúdo, logo, não há ideias heterogêneas. No caso do impeachment, as grandes mídias foram responsáveis pela divulgação direta do acontecimento, levando grande parte da população a pensar por meio daquilo que era noticiado, sem ao menos haver uma contextualização histórica, econômica e política do fato. As pessoas receberam muita informação sobre o que estava acontecendo e a maioria delas com o mesmo ponto de vista, levando a população a fazer julgamentos sem base nenhuma do fato e do que isso significava para o Brasil. É válido ressaltar que, além dessa homogeneidade dos meios de comunicação, existe ainda uma ideologia pautada em princípios econômicos próprios da empresa que é o sustentáculo dos ideais difundidos pela grande mídia.

Ideologia e hegemonia

A ideologia é um processo mental, é o espaço onde se constroem as condições subjetivas (intelectuais, espirituais, imateriais) da hegemonia. Para a sociedade capitalista é preciso que se crie um ambiente de naturalização das ideias impostas por ela. A ideologia constrói a partir de ideias e representações a forma adequada de se pensar e agir, por isso que ela não se apresenta como ideologia da classe dominante, ela tem que ser entendida como uma verdade universal.

Por exemplo, a ideologia machista tornou natural o fato das mulheres terem por obrigação cuidar dos filhos, da casa e dos maridos sem nada receberem por isso. Os afazeres domésticos não são entendidos nem mesmo como trabalho e as mulheres são consideradas inativas ou as rainhas do lar (PAGU, 2012).

O machismo tornou-se tão natural na sociedade, que o discurso proposto por esta ideologia não é contestado, logo ela cumpre sua função. Isso foi bastante perceptível no modo como os jornais retratam a presidente Dilma durante o processo do *impeachment*, que, para além das acusações sobre o comportamento político dela, muitas denúncias foram feitas com base em um discurso patriarcal.

A ideologia machista cumpre tão bem a sua função social, que algumas mulheres reproduzem os discursos machistas sem ter noção do que isto representa para a própria classe. Saffioti (2004, p.34) diz ainda que é característico de uma ideologia fazer as desvantagens se transformarem em vantagens, o que mostra que em todo tipo de ideologia está sempre presente a inversão do fenômeno. No caso da ideologia machista

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

as desvantagens masculinas estão sempre se sobrepondo às vantagens femininas. Muito se ouviu durante esse processo político no país, que tudo estava acontecendo porque a presidente era uma mulher - e esse discurso era feito, inclusive, por mulheres.

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres (...). Imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p.34).

Quem disse que o cuidar dos filhos é atividade especificamente feminina? E quem disse que o trabalho exercido pelo homem é superior ao da mulher? E quem afirmou que uma mulher não pode governar o Brasil? A resposta é “relativamente” simples. Foi a sociedade capitalista que disseminou suas ideologias e propagou ao longo dos anos uma direção moral e intelectual patriarcal para a sociedade por meio dos chamados aparelhos privados de hegemonia.

Lembrando que a ideologia trata-se de um processo subjetivo (ideias, consciência, visão de mundo, concepções), ele deve ser materializado por meio de algo, neste caso, por meio dos aparelhos privados de hegemonia - escola, Igreja, sindicatos, partidos políticos e, sobretudo, a mídia.

De acordo com Moraes (2010, p.54) é o italiano marxista Antonio Gramsci que traz importante contribuição para desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam a produção nos meios de comunicação, interferindo nas disputas de poder e produção de sentido na atualidade.

No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecios de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política (...). A hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização

política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2010, p.54).

A hegemonia de uma classe, ou seja, o poder exercido só é possível por meio do domínio sobre a produção e a circulação de ideias. Se assim não o fosse, esse poder só poderia ser exercido por meio da violência e já não se falaria mais em hegemonia, mas em dominação direta. “Sem isso, o domínio de uma classe social sobre os meios da produção material da vida teria de se afirmar permanentemente pela coerção e pela violência” (DANTAS, 2008, p.92-3).

Gramsci ainda distingue duas esferas no interior das superestruturas⁴ que são a sociedade política e a sociedade civil. A primeira é um conjunto de mecanismos por meio do qual a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, ou seja, são os grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e a aplicação das leis (polícia civil e militar, justiça, forças armadas).

A sociedade política é o aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão do momento de crise no comando e na direção (GRAMSCI, 2000 apud MORAES, 2010, p.57, grifos do autor).

Pode-se citar aqui, a questão dos movimentos que acontecem no país inteiro e que são sempre reprimidos pela polícia, sendo eles movimentos pacíficos ou não. Isso reafirma que a sociedade política serve para garantir a segurança da hegemonia.

A outra esfera que o autor delinea (MORAES, 2010) é a sociedade civil, as instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias em forma de concepções de mundo. E esta esfera abrange o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, instituições de caráter científico e artístico. Moraes (2010, p.57) ainda fala sobre a diferença existente entre essas duas esferas.

Sociedade civil e sociedade política se diferenciam pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na reprodução das relações de poder. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em somatório, formam o Estado em sentido amplo:

⁴ Para Gramsci as superestruturas são todo o aparato ideológico da sociedade (o Estado, as Leis).

sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção.

A sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, já na sociedade civil operam aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente independentes ao Estado, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas próprias proposições (MORAES, 2010, p.59).

Dentro desses aparelhos privados de hegemonia está a imprensa, que é colocada como um agente de hegemonia, como portadora material de ideologias, buscando sempre apoio na sociedade civil, seja para manter a dominação ou mesmo para contrariar ideias. “Em qualquer caso, os aparelhos de hegemonia atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil” (MORAES, 2010, p.59).

Como a mídia está enquadrada dentro da esfera dos aparelhos privados de hegemonia, portanto, se pode dizer que os meios de comunicação garantem a dominação capitalista por meio dos discursos noticiados. É deste modo que as concepções difundidas pela mídia geram na população a sensação de verdade universal sobre o que está sendo dito e dessa maneira a hegemonia ao fazer com que as ideias impostas sejam tidas como verdades incontestáveis cumpre sua verdadeira função.

É preciso fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas (GRAMSCI, 2004 apud MORAES, 2010, p.63).

Diante do exposto, se pode concluir que a mídia contribui para que os conteúdos por ela difundidos coadunem com a construção de uma hegemonia ideológica. A ideologia capitalista transformou as mulheres em ‘escravas do lar’, em ‘seres com capacidades cognitivas inferiores as dos homens’, ou seja, reféns de uma sociedade machista cheia de ideologias do que é “certo” e do que é “errado” para as mulheres, algo que foi muito perceptível nos discursos jornalísticos sobre a presidente Dilma.

Além de se ter uma mídia que leva os usuários a pensar de maneira homogênea, ou seja, de forma hegemônica, ainda se tem a concentração dessa mesma mídia na mão de poucos. Isso interfere diretamente na ruptura de ideologias, sejam elas machistas,

racistas, classicistas ou de qualquer outro tipo. É importante dizer que se os discursos midiáticos estão em consonância com a ideologia dominante, a tendência é que eles sejam reproduzidos de maneira desenfreada.

Feminismo e política

De acordo com Miguel (2014), o mundo desigual entre homens e mulheres está presente em todas as sociedades e esse fato não está camuflado, pelo contrário, a desigualdade foi assumida como um reflexo da natureza desigual e biológica entre os gêneros. Foi justamente por combater esse ideal de que homens são “seres superiores” e as “mulheres são inferiores” que o feminismo inaugura uma ampla crítica do mundo em que se vive “que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes” (Idem, 2014, p.17). Seu papel na política torna-se uma ferramenta indispensável.

(...) na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o patriarcado, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise (MIGUEL, 2014, p. 17).

É por isso que o feminismo se tornou importante para a teoria política que foi produzida nas últimas décadas, como, por exemplo, o debate sobre a dominação masculina na sociedade, que se tornou importante para teorizar sobre o universo da política, “como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia” (MIGUEL, 2014, p. 17).

O autor ainda afirma que não se pode mais discutir política ignorando ou deixando de lado o feminismo. Ele ainda afirma que os discursos da sociedade, em especial, o jornalístico tem colocado as reivindicações do feminismo como algo superado, sendo que as mulheres tiveram muitos avanços, mas as evidências da dominação masculina ainda são preponderantes. Exemplo claro de como a dominação ainda se faz presente nos discursos jornalísticos, foi a cobertura do impeachment da presidente, onde mais uma vez

o discurso patriarcal⁵ se sobrepôs a qualquer tipo de bom senso. Ele ainda afirma que as mulheres tem que se adequar aos espaços que foram reservados a elas, “o de esposas e donas de casas submissas a um marido que as comanda. Delas não se espera nem iniciativa nem criatividade nem liderança: para uma garota, não é inteligente ser muito inteligente” (MIGUEL, 2011, p.28).

Outro debate sobre a cobertura do impeachment da presidente Dilma Rousseff gira em torno da discussão de público e privado. A questão da valoração laboral de quem trabalha “dentro” e “fora” de casa foi historicamente construída, reafirmando a ideia de que a mulher, ao exercer atividades domésticas deveria ser menos valorizada do que o homem que exercia o trabalho fora de casa. Algo bastante presente no discurso patriarcal é a questão das “habilidades naturais” das mulheres, onde se divulga que cabe a elas trabalhos referente ao cuidado e sensibilidade, pois essa habilidade foi desenvolvida justamente por elas fazerem parte “naturalmente” do doméstico. Mas se sabe que essa diferença biológica entre homens e mulheres, como se costumar argumentar e justificar, não existe.

56

(...) essas qualidades ‘femininas’ são fruto, portanto, da nossa opressão (...). Dizer que a mulher tem ligações especiais com a terra, com o ritmo lunar, com as marés, etc. Que mais tem alma, que é naturalmente menos destruidora. Não, se houver alguma verdade nisso tudo, não é em função de nossa natureza e sim de nossas condições de vida. As garotinhas ‘tão femininas’ são fabricadas assim e não nascidas assim. Numerosos estudos o provam. *A priori*, uma mulher não tem valor especial porque é mulher. Seria biologismo mais retrógrado, em contradição com tudo o que penso (DE BEAUVOIR, 1976 apud SCHWARZER, 1986).

Desde a primeira eleição da Dilma Rousseff, muito se ouviu a respeito de como ela ia liderar o país sendo que ela era uma mulher, e até mesmo quando o país começou a entrar em crise “isso tudo estava acontecendo porque ela era uma mulher”. Assim como se escuta comentários do tipo “não sabe dirigir porque é mulher”, “não pode julgar um caso direito porque é mulher”, ou seja, nas tarefas mais simples do cotidiano se ouve essa justifica que não se pode fazer determinada tarefa porque é “mulher”. Os comentários machistas sobre a presidente aparecem nos mais diversos espaços.

⁵ (...) o patriarcado é entendido como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina. Ele corresponde a uma forma específica de organização política, vinculada ao absolutismo, bem diferente das sociedades democráticas concorrenciais atuais (MIGUEL, 2014, p.19).



Figura 1: Bessinha, charge (2015).

Figura 2: Nani, humor (2015).



Figura 3: Duke (2016).

Figura 4: Reprodução Instagram (2013).

As imagens foram colocadas com o intuito de exemplificar como Dilma, por ser mulher, era tratada mesmo antes do processo da saída dela. No impeachment, esses discursos apareceram de maneira muito mais visíveis, colocando em cheque o tempo todo a capacidade da presidente em governar. “O fato é que o sucesso profissional de algumas mulheres não impede que a maioria continue em condições nas quais (...) a vulnerabilidade à violência, (...) são a realidade” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 148). Ou seja, mesmo a presidente ocupando um cargo de poder, ela ainda é colocada como alguém que não consegue exercer o ofício por ser mulher.

Análise crítica da matéria “Uma Presidente Fora de Si” – Istoé (06/04/2016) – Edição 2417

Ao longo do processo de impeachment, vários foram os comentários machistas sobre a presidente Dilma. Esta matéria da IstoÉ (retirada da versão digital), sem dúvidas foi uma que mais receberam destaque por fazer muitas afirmações sobre o estado emocional da presidente sem ter fontes concretas. Vale dizer que no dia 06 de julho, a juíza da 18^o Vara Cível de Brasília condenou a revista a publicar o direito de resposta da presidente, a IstoÉ recorreu do pedido, mas a juíza manteve sua decisão.



Figura 5: ISTOÉ, Revista Edição Digital (2016).



Figura 6: ISTOÉ, Capa da Revista Impressa (2016)



Figura 7: ISTOÉ, Revista Edição Digital (2016).



Figura 8: ISTOÉ, Revista Edição Digital (2016).

A matéria tem como título “Uma Presidente Fora de Si” com o subtítulo “Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. Ao longo do texto, os jornalistas exemplificam de forma bastante pejorativa os motivos pelos quais Dilma não pode mais conduzir o Brasil. Em momento algum, eles citam na reportagem o porquê dela estar sendo afastada e não deram informação sobre o andamento do processo. O texto se concentrou apenas no estado emocional da presidente, em que eles destacaram bastante os “acessos de fúria dela”. Afirma-se ainda que o Planalto estava sendo marcado por muita tensão pelas sucessivas explosões nervosas da presidente, que além, do destempero, mostrava total desconexão com a realidade do país. Segundo a revista, os [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

assessores estavam aturdidos pelo estado dela, eles afirmaram que ela tinha perdido o total controle emocional, não podendo assim dominar o país. Em nenhum momento a revista cita fontes para respaldar suas informações, os fatos noticiados são feitos com base em no “que se diz pelos corredores do Planalto”.

Outro ponto bastante explorado pela revista é a forma como Dilma lida com seus subordinados, eles afirmam que ela “esbravejava” diversos palavrões para qualquer um que se aproximasse e estava sob efeito de remédios ansiolíticos e antidepressivos – rivotril e olanzapina – que não estavam surtindo efeito algum “como era possível notar”. Segundo a revista, além de xingamentos pelos corredores, Dilma ainda gritava com os pilotos de seu avião particular “A presidente não demonstra paciência nem mesmo para esperar o avião presidencial seguir o procedimento usual de taxiamento”.

A IstoÉ ainda faz um balanço do estado emocional da presidente segundo estudo da psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross que “descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade”.

Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, autores da matéria, lembram que Dilma nunca foi de tratar bem seus funcionários, mas que nesse processo da saída dela, ela perdera qualquer tipo de filtro, falando palavrões pelo Planalto e esbravejando todos que estavam ao seu redor. “Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas”, ou seja, Rousseff não se mostrara uma boa governante, sendo que quando ela foi colocada em uma situação de crise, se mostrou despreparada para tal função. Por mais de uma vez, os jornalistas falam sobre o caso emocional de Dilma e afirmam “Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País”. A matéria quer convencer o leitor, que Dilma não tem a menor condição de governar por ser uma mulher louca. O texto se torna repetitivo e cansativo pelo modo que noticiam Dilma, eles repetem que “ela nunca tratara bem seus subordinados” e, principalmente, do comportamento emocional indevido da presidente.



Figura 9: ISTOÉ, Revista Edição Digital (2016).

Os repórteres ainda brincam com a aparência dela, como se beleza, fosse algo fundamental para governar um país. “Publicamente, a presidente tenta disfarçar seu estado de ânimo atual. Mas nem sempre é possível deixar transparecer serenidade quando, por dentro, os nervos estão à flor da pele. Seus últimos discursos refletem a tensão reinante nos corredores do Palácio do Planalto”. Eles afirmam que Dilma está cada vez mais sozinha, pois em uma cerimônia e entrega de casas do “Programa Minha Casa Minha Vida”, nenhum governador “teve coragem de aparecer” e “apenas oito prefeitos” estiveram presentes. Os jornalistas da revista deixam claro seu posicionamento quando afirmam que teve gritos de “não vai ter golpe” e “o coro foi puxado pela MILITANTE TRAVESTIDA DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA” (grifos nossos). No texto ainda aparece “repetição da retórica cretina da campanha eleitoral”, quando eles falam das ameaças da presidente em cortar os programas sociais, caso ela seja afastada. E para finalizar o texto, os repórteres ainda fazem comparação da presidente com a rainha Maria I, a Louca.



As diabruras de “Maria, a Louca”

Figura 10: ISTOE, Revista Edição Digital (2016).

Eles falam que não é de agora que governantes ameaçados de perder o poder ajam como verdadeiros loucos, e para exemplificar eles usam o exemplo de Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança – Maria I, a Louca. “Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil”. Eles fazem questão de dizer que Maria I, a Louca foi também a primeira mulher a governar, tecendo comparações entre ela e Dilma. Quando eles citam que diversos governantes perdem o equilíbrio ao se sentirem ameaçados, porque eles não usam o exemplo de um governante do sexo masculino? E porque fazem comparação de Dilma com Maria I, a rainha que ficou conhecida como a Louca? É proposital ou eles apenas estão dando um tom engraçado para a matéria? Ou realmente querem dizer que quando uma mulher chega ao poder, ela enlouquece, seguindo os discursos mais comuns e machistas de “que mulher é tudo louca mesmo”? O texto traz também “relatos históricos” que deixam mais clara a comparação: “Maria I, a Louca veio às pressas para o Rio de Janeiro com a Família Real diante da invasão de Portugal. Aqui, ela tinha por hábito usar longos vestidos pretos e passava horas correndo pelos CORREDORES PALACIANOS GRITANDO PALAVRÕES DESCONEXOS” (grifos nossos).

Ética e anonimato das fontes: até onde ir?

Existe um código deontológico do jornalismo que define o uso de fontes e de como trabalhar com elas. Muitos teóricos discorrem sobre este fato por ser um tema bastante recorrente e confuso no jornalismo, mas todos eles inferem que de algum modo tem que haver referência sobre a fonte mesmo quando elas pedem para não ser identificadas. “O leitor não pode ficar com dúvidas sobre quem disse o quê, quem viu o quê, quem ouviu o quê, quem observou o quê ou quem escreveu o quê” (Sousa, 2001).

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

Na matéria “Uma presidente fora de si”, os jornalistas em nenhum momento citam uma fonte específica, todas as informações que os leitores têm na matéria são respaldadas em “segundo informações” e “atestam seus auxiliares”. Vale ressaltar que todas as informações publicadas pelo veículo noticioso geram muita polêmica e não há provas concretas para tamanha desqualificação da presidente da república. Os fatos informados até podem ser verdadeiros, mas como se pode ter certeza que a notícia não passa de uma tentativa de desclassificação de Dilma e defesa do processo de impeachment? Como foi citado acima, a presidente é colocada como louca, até análises psicológicas sobre o estado emocional dela foram feitos no texto com base em um estudo de “grandes governantes são colocados a prova quando estão sobre tensão”, ou seja, é a mesma coisa que pegar alguém que sofre com alguma doença e fornecer um diagnóstico a ela que foi dado à outro paciente. Isso tudo em nome de quê? É do bom jornalismo? Que apuração foi feita nessa matéria? Onde os jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco encontram tanto respaldo para chamarem a presidente de louca e afirmarem que nem “remédios controlados” estão ajudando Dilma que “perdeu o controle total de suas emoções” e, conseqüentemente, “perdeu o controle do país”?

Ainda segundo Sousa (2001, p.68) quando se usa as fontes confidenciais - On Background/not for attribution (atribuição com reserva) – que no caso foi a utilizada na matéria, na qual a fonte não é identificada, mas são dadas pistas superficiais sobre o meio que ela trabalha “exemplo: “fonte próxima do presidente da República”, “um vereador”, “um dos participantes na reunião”, etc.)”, estas informações servem como objetos para uma possível enunciação jornalística, mas que é preciso ter na matéria algo que comprove de fato o que essa fonte confidencial afirmou e só assim, ela pode ser publicada.

Segundo Karam (2009) existe no jornalismo um dilema ético que, por um lado, ele deveria servir como vigilante social e que por outro, serviria aos interesses políticos e econômicos envolvidos nas esferas sociais, logo, nesta matéria, o jornalismo atende especificamente aos interesses políticos, econômicos e ideológicos. Até que ponto o veículo de informação agiu com ética frente aos seus leitores? O que vale mais hoje é o espetáculo da notícia? Ou a veracidade das informações? Sem dúvida a matéria que promove o espetáculo vende mais e atrai mais público, mas por outro lado tem-se o total esvaziamento da função do jornalismo como um vigilante social e assim, como um gerador de conhecimento (Genro Filho, 2012). Perde-se o aspecto crítico do jornalismo e **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65, Jul/Dez 2016.

a credibilidade se esvai aos poucos com matérias como essa, que difunde “verdades” sem o menor respaldo em lugar algum.

Conclusão

A caracterização da Revista ISTOÉ teve como principal horizonte a exposição ampla da figura da presidente como um exemplar da “espécie” mulher. Todos os estereótipos patriarcais e machistas, apoiados na ideia de que as mulheres são incapazes de dar conta de funções masculinas se reproduziram sem travas. A reportagem é uma anti-lição de jornalismo. Os repórteres utilizaram o pressuposto do sigilo da fonte para criarem uma narrativa quase teatral, em que uma colcha de retalhos de episódios sem apuração efetiva e objetiva demonstrariam a incapacidade mental de Dilma. A capa da revista é um panfleto político de agitação e propaganda machista, tocando em um esvaziamento da política em direção às sensações do público, alimentando setores patriarcais e fascistas, logicamente incomodados com a possibilidade das mulheres assumirem um papel emancipador na sociedade. No auge da crise política, a revista assume um papel de mensageira política dos setores interessados na queda da presidente, disseminando na opinião pública a corrosão da personagem Dilma, com o claro intuito ideológico de derrubar a popularidade da presidente.

O senso comum conservador patriarcal disseminado também nas redes sociais encontra eco na revista. Percebe-se que o papel enquanto aparelho privado de hegemonia da imprensa só alcança sucesso quando consegue ser o norteador de uma espécie de sentido preferencial, ideológico, em que essas ideias distorcidas são realimentadas e assimiladas (HALL, 2003). Há uma audiência que dá suporte a essas produções de sentido. Contudo, como personagem ativo do impeachment, vemos que a imprensa, ao atender aos oligopólios interesses das famílias que comandam os meios de comunicação massivos, são também responsáveis pela mudança na política brasileira. Um conjunto de homens, velhos, acusados de corrupção, voltaram ao governo, e não há sinal de que eles vão ser enquadrados como loucos nas revistas semanais, visto que já aparecem como construtores de uma “ponte para o futuro”.

Referências

BESSINHA, Charge. In: **O Jornal de todos os Brasis**. 19/08/2015. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/o-machismo-de-E2%80%9Cesquerda%E2%80%9D-por-arnobio-rocha>>. Acesso em: 05/08/2016.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim, CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Rui. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim, CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANTAS, Rodrigo. **Ideologia, Hegemonia e Contra Hegemonia**_ In: Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DUKE. In: **Blog do Miro**. 27/03/2016. Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/03/onu-condena-machismo-contra-dilma.html>>. Acesso em: 05/08/2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ISTOÉ, Revista. **Uma presidente fora de si**. 06/04/2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>>. Acesso em: 29/07/2016.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo e Ética no Século XXI**. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 13 n.13, p. 15-27, jan/dez. 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Brasil em transe**: crise política, golpe de Estado e perspectivas da esquerda. In: Le Monde Diplomatique Brasil, ano 9, número 108, julho de 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução/Luiz Felipe Miguel, Flávia Biroli. - 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra- Hegemonia**: A contribuição Teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan.-jun. 2010.

_____. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65 , Jul/Dez 2016.

NANI, Humor. In: **Náufrago da Utopia**. 31/08/2015. Disponível em:<
https://naufrago-da-utopia.blogspot.com.br/2015_08_01_archive.html>. Acesso
em: 05/08/2016

PAGU, Ana. **O que é machismo**. In: CANARY, Henrique. O que é...Conceitos
fundamentais de política, economia e sociedade. São Paulo: Sundermann, 2012.

REPRODUÇÃO INSTAGRAM. In: **Extra**. 20/06/2013. Disponível em: <
<http://extra.globo.com/esporte/flamengo/flamengo-goleiro-felipe-adere-protestos-faz-piada-machista-com-presidente-dilma-rousseff-8752852.html>>. Acesso em:
05/08/2016

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência** – São Paulo:
Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir hoje**/Simone de Beauvoir; [entrevistas
concedidas a] Alice Schwarzer; tradução de José Sanz – Rio de Janeiro: Rocco,
1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do Jornalismo Impresso**. Porto, 2001.

TAMBELLI, Alexandre. **Os meios de comunicação hegemônicos do Brasil e a
notícia**. In: GGN – Jornais de Todos os Brasis, 2014.

VIEIRA JR, Vilson. **Oligopólio na comunicação**: um Brasil de poucos. Direito a
comunicação, 2007.

Recebido em 26/08/2016

Publicado em 20/11/2016